

CRISTÃOS PALESTINOS E A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS IGUALITÁRIOS

Yusef Daher

• *Mudando o discurso* •

RESUMO

O autor deste artigo explica como cristãos palestinos mudaram seu discurso de resistência e sua visão para um futuro acordo político em relação às questões palestinas e israelenses de ocupação e paz. Depois de serem pioneiros na revolução palestina, na luta armada e na primeira Intifada, os cristãos palestinos começaram a mudar o discurso na segunda Intifada e, a partir daí, ousaram assumir outro papel de liderança na não violência e na resistência criativa para acabar com esse conflito de facto permanente, posicionando uma teologia da libertação e visão lógica de respeito aos direitos humanos de todos na região.

PALAVRAS-CHAVE

Palestina | Discurso | Cristãos palestinos | Resistência | Paz

1 • Introdução

Cristãos palestinos: povos da Palestina, antes mesmo de Jesus Cristo e da Igreja Primitiva, são parte integrante dos muitos povos que habitam essa terra há séculos. Eles vêm de etnias e culturas diferentes e misturadas, incluindo cananeus, árabes, filisteus, judeus e nabateus.

A Palestina, historicamente parte da grande Síria, situa-se entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão, de oeste para leste. E do Sul, vai do Mar Vermelho para fronteiras libanesas e as colunas sírias de Golá no Norte.

Os cristãos da Palestina estão ligados a diferentes denominações cristãs, incluindo *Eastern Orthodoxy* (Ortodoxia calcedoniana ou bizantina), *Oriental Orthodoxy* (Ortodoxia oriental, não calcedoniana), catolicismo (ritos orientais e ocidentais), anglicanismo, luteranismo e outros ramos do protestantismo. Eles são 6 a 7% dos 12 milhões de palestinos, com aproximadamente 70% vivendo fora da Palestina e de Israel. Seu idioma é tanto o dialeto local do árabe palestino quanto o árabe clássico ou árabe padrão moderno. Em 2009, havia uma estimativa de 50.000 cristãos nos territórios palestinos, principalmente na Cisjordânia, com cerca de 3.000 na Faixa de Gaza. A maioria dos cristãos palestinos (75%) vive na diáspora palestina.

Os cristãos palestinos resistiram a todos os tipos de ocupação junto com seus irmãos e irmãs das diferentes crenças. Eles resistiram à opressão dos otomanos ao lado de judeus e muçulmanos. Eles também lutaram contra o Mandato Britânico da Palestina.

Após o término do mandato britânico, em 1948, muçulmanos, cristãos e árabes resistiram à tomada de suas terras e ao estabelecimento do Estado de Israel. Cristãos e muçulmanos se posicionaram contra o projeto judaico de Israel sobre a Palestina. Desde então, os cristãos palestinos tornaram-se pioneiros na revolução, incluindo a resistência armada, e depois na não violência.¹

Neste artigo, apresento um retrato sobre o envolvimento de cristãos palestinos na defesa dos direitos humanos de seu povo, particularmente o direito de ser livre em suas terras (autodeterminação e assentamento na terra).

2 • Primeiro divisor de águas: Discurso da resistência tradicional

No início da primeira Intifada, em 1987,² os cristãos palestinos escolheram a desobediência civil não violenta contra as políticas israelenses. Naquela época, o povo de Beit Sahour (uma cidade adjacente a Belém, com uma maioria cristã, ocupada em 1967 pelas forças israelenses) se recusou a continuar pagando os mesmos impostos sem ter os direitos e serviços adequados. Seu slogan era “Nenhuma tributação sem representação”.

Durante a segunda Intifada, os cristãos palestinos se desviaram da resistência tradicional e se distanciaram da violência e da militarização. O desequilíbrio no poder de luta era óbvio para

eles. Como alternativa, muitos líderes palestinos cristãos se envolveram mais com organizações relacionadas à Igreja, como Associação Cristã de Moços (YMCA), Associação Cristã de Mulheres Jovens (YWCA), clubes e escoteiros, Centro de Teologia da Libertação Ecumênica (SABEEL), Centro para Resolução de Conflitos (Wiam), Instituto Educacional Árabe etc., e outras organizações não governamentais, aproximando-se assim de sua liderança religiosa.

No Natal de 2000, por exemplo, eu consegui reunir um grupo de amigos próximos e juntos estabelecemos o que, então, chamamos de comitê dos Leigos na Terra Santa. Foi uma iniciativa de resistência que ofereceu aos cristãos palestinos uma alternativa à luta militar desequilibrada. Nós tentávamos interpretar os desenvolvimentos políticos e comunicá-los à liderança da Igreja local e internacional e à comunidade internacional. De alguma forma, nos tornamos agentes de um discurso, advogando em nome de nosso povo. Apesar desses esforços, de nossa crença no direito internacional³ e do fato de que a paz ainda seja possível, estávamos testemunhando mais violência e mais ódio. A segunda Intifada resultou na morte de mais de 6.300 palestinos e 1.178 israelenses entre 2000-2005.

3 • Segundo divisor de águas: Reconhecimento de que as tentativas atuais não estão funcionando

Hoje, depois de negociar a paz por mais de 20 anos,⁴ os israelenses ainda estão construindo sobre a terra que deveria ser liberada para os palestinos. Quando as negociações começaram, havia 100 mil colonos na Cisjordânia. Agora há mais de 620 mil!⁵

E em vez de paz para os dois povos, tivemos um muro,⁶ que tirou mais terras da Cisjordânia, dividindo ainda mais os dois povos. Os israelenses, de um lado, vivem uma vida normal, desfrutando de mais terra e água. Os palestinos, de outro, privados da liberdade de movimento, do acesso ao culto e aos meios de subsistência.

Aos palestinos foram prometidas paz e reconciliação, mas eles receberam mais ódio e opressão, corrupção e manipulação. Os palestinos começaram a perceber que o processo de paz era uma grande mentira, e uma oportunidade apenas para que os israelenses se apoderassem da terra enquanto a vida dos palestinos se tornava cada vez mais insuportável. Foi quando começamos a preferir a palavra “justiça” à “paz”.

Os israelenses também não parecem estar convencidos da solução de dois Estados.⁷ A maioria não vê como essa terra pode ser dividida. Seus líderes partidários falaram muitas vezes sobre Israel anexar o que restou da Cisjordânia.

Contudo, não basta colocar a culpa no outro. Os palestinos também estão divididos entre uma liderança política religiosa sob o Hamas, em Gaza, e uma liderança política mais laica, em Ramallah, que é vista como corrupta e enfraquecida pela ocupação e pela constituição unilateral dos acordos de paz.

A fim de tirar os povos dessa terra desse ciclo de violência, somos obrigados a pensar o passado de forma diferente e, assim, também o futuro.

4 • Momento de revisão: Necessidade de um novo discurso

Nós entendemos que a dignidade de uma pessoa é altamente valorizada. Entendemos que o significado religioso é uma força por trás da dignidade de alguém. Também percebemos que viver sob ocupação é uma humilhação. Embora entendamos que, com esperança, as pessoas podem superar e persistir, compreendemos ademais que, sem dignidade, podem se sentir desesperadas o bastante para também perder a esperança e a fé.

Durante os últimos cinco anos de negociações interrompidas – sem guerra, mas também sem paz, com os contínuos assentamentos ilegais na Cisjordânia e o controle unilateral de todos os aspectos da vida dos palestinos pelos israelenses – esta geração, especialmente a juventude, perdeu a fé. Não apenas na promessa de justiça e legitimidade internacional. Mas também a fé em sua liderança, seja religiosa ou política. E eles perderam o respeito pelos seus pais, que os fizeram herdar um século de humilhação. Precisamos de um novo discurso.

A ideia de um novo discurso pode ser constatada na declaração de 2006 dos líderes cristãos palestinos que ecoaram a posição dos chefes das Igrejas sobre Jerusalém, feita pela primeira vez durante as negociações de Camp David:

Diferentes soluções são possíveis. A cidade de Jerusalém pode permanecer unida, mas a soberania, nesse caso, deve ser compartilhada, exercida de acordo com um princípio de igualdade por ambos, israelenses e palestinos. No entanto, a cidade também pode ser dividida, se esse for o desejo dos dois povos que vivem aqui, com duas soberanias distintas, cujo objetivo seria alcançar uma verdadeira unidade de corações nas duas partes da cidade.⁸

Da mesma forma, a ideia de um novo discurso foi bem articulada, em fevereiro de 2016, pela Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica da Terra Santa:

Mude a situação. Sacuda-se dessa imobilidade. Há espaço suficiente na terra para todos nós. Que todos tenham a mesma dignidade e igualdade. Nenhuma ocupação e nenhuma discriminação. Dois povos que vivem juntos e se amam da maneira que escolhem. Eles são capazes de amar uns aos outros e fazer a paz juntos.⁹

A Coalizão Nacional de 32 Organizações Cristãs na Palestina denominou o período atual como o “Momento impossível” em sua carta aberta à família ecumênica.¹⁰ Essas

organizações suplicaram por um papel mais ativo das Igrejas internacionais para acabar com essa situação de sofrimento.

Apesar desses esforços ecumênicos, o presidente Donald Trump reconheceu Jerusalém como a capital de Israel em 2017. Os palestinos se encheram de raiva e tristeza.

Esse reconhecimento ilegal deu um sinal verde para políticas mais agressivas contra a população não judia, principalmente cristãos palestinos e muçulmanos, sobre a propriedade da Igreja e a santidade da Mesquita de Al-Aqsa. Dar soberania exclusiva a Israel sobre a cidade é considerado um desenvolvimento ilegal e perigoso. A posição dos Estados Unidos também encorajou o partido governante Likud¹¹ a votar por unanimidade a favor da anexação da Cisjordânia como política.

Em resposta, líderes da Igreja se reuniram com o presidente palestino, Mahmoud Abbas, e com o rei Abdullah, da Jordânia, e fizeram uma coletiva de imprensa em Belém após o anúncio do presidente Trump. Uma declaração oficial pelos chefes das Igrejas alertou: “A exclusividade sobre a Cidade Santa levará a realidades muito sombrias”.¹²

O papel da Igreja em apresentar um novo discurso em questões diplomáticas foi mostrado recentemente. Em 2018, as Igrejas de Jerusalém estavam preocupadas e resistindo às políticas de Israel. O patriarca ortodoxo grego, Theophilos III, passou várias semanas advertindo sobre a nova proposta de legislação israelense que estava sendo discutida no Knesset (o Parlamento). A legislação permitiria ao Estado confiscar terras eclesiásticas ao final dos períodos de concessão e indenizar as empresas proprietárias dessas terras sobre as quais os projetos residenciais foram construídos.¹³

Em protesto, em fevereiro de 2018, os chefes das Igrejas tomaram uma medida sem precedentes ao fechar a Igreja do Santo Sepulcro por três dias. A igreja é considerada o local mais importante do cristianismo. É o principal lugar para os peregrinos enquanto visitam a Terra Santa, pois o complexo da Igreja inclui os locais do Gólgota (Calvário), onde Jesus foi crucificado, e também seu túmulo. O protesto forçou o primeiro-ministro israelense, Benyamin Netanyahu, a suspender as medidas legislativas agressivas até novo aviso.¹⁴

Os cristãos palestinos continuam procurando uma saída desse sofrimento contínuo. Nove anos após o documento Kairós Palestina ter sido publicado, em 2009,¹⁵ a conferência da Kairós Palestina, de 2018, reafirmou que:

*A paz verdadeira não pode ser alcançada pelo medo e pela separação do outro; isso só é alcançado quando tanto os oprimidos quanto os opressores são curados e redimidos; e consideram-se como iguais em dignidade e valor. Deus pode e fará novas todas as coisas, mas nos usará, os fiéis, para conseguir isso.*¹⁶

5 • Conclusão: Uma nova visão, uma democracia binacional chamada Israel-Palestina

Uma coisa que os cristãos palestinos têm em comum é que todos se sentem orgulhosos de ainda estar aqui e continuar a sobreviver: é o testemunho de sua fé. Junto com a liderança da Igreja, clamam e trabalham por uma Jerusalém inclusiva, compartilhada pelos dois povos que nela vivem. É o centro de sua vida e fé.

A solução de dois Estados não parece ser mais uma opção. Sem nada na mesa de negociações, os palestinos, em geral, e os cristãos, em particular, devem voltar ao básico. A fim de não nos rendermos à injustiça e educarmos nossas novas gerações com dignidade, nós, cristãos palestinos, oferecemos uma nova visão. Expressamos isso em voz alta e claramente. Só poderemos ver dignidade, justiça e paz quando todos nessa terra desfrutarem de direitos iguais em um único país chamado Israel-Palestina.

Os Ordinários Católicos na Terra Santa recentemente expressaram essa visão:

Acreditamos que a igualdade, sejam quais forem as soluções políticas adotadas, é uma condição fundamental para uma paz justa e duradoura. Nós vivemos juntos nesta terra no passado, por que não deveríamos viver juntos também no futuro? Esta é a nossa visão para Jerusalém e toda a terra, chamada Israel e Palestina, entre o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo.¹⁷

Uma vez que os habitantes dessa terra são grupos multiétnicos, judeus, cristãos, muçumanos, drusos, bahá'ís, armênios, russos, etíopes e outros, e como eles vêm de diferentes origens, cananeus, árabes, judeus, nabateus, filisteus, etc., só podemos considerar uma solução que seja multinacional, multicultural e multirreligiosa.

Politicamente, seria um Estado democrático que compartilharia fronteiras com o Líbano, a Jordânia, a Síria e o Egito. Plenos direitos e cidadania se dariam para todos lá nascidos, incluindo o retorno de refugiados e os descendentes de imigrantes israelenses, e para todos aqueles que hoje vivem no território.

A solução de uma entidade singular é a única solução em que a justiça do céu e a justiça da terra se beijariam, como diz a Bíblia (Salmo 85.10). Afinal, nós, como cristãos, acreditamos que Deus nos criou todos iguais à sua imagem e somos amados igualmente como filhos e filhas. Com os habitantes de Israel-Palestina vivendo sob um Estado democrático, a autodeterminação seria garantida em igual dimensão. Todo ser humano desfrutando de plenos direitos como cidadão.

A prolongada agonia dos povos sob ocupação ou em campos de refugiados deve terminar. A confiança em um futuro melhor deve tomar o lugar do medo. A dignidade deve tomar

o lugar da humilhação. Compartilhamento em vez de divisão e separação. Pertencimento a uma raça humana em vez de normas e legislações racistas.

Nós vivemos juntos no passado por milhares de anos, por que não podemos no futuro?

NOTAS

1 • Mais sobre cristãos palestinos em “Palestinian Christians in the Holy Land,” Institute for Middle East Understanding, 17 de dezembro de 2012, acesso em 31 de julho de 2019, <https://imeu.org/article/palestinian-christians-in-the-holy-land>.

2 • As intifadas foram duas revoltas palestinas contra Israel, a primeira no final dos anos de 1980 e a segunda no início dos anos 2000. As intifadas tiveram um efeito dramático sobre as relações entre israelenses e palestinos; a segunda, em particular, é vista como o fim da era dos processo de negociação dos anos 90 e inaugurou uma era nova e sombria nas relações entre israelenses e palestinos. Ver: Nami Nasrallah, “The First and Second Palestinian Intifadas,” in *Routledge Handbook on the Israeli-Palestinian Conflict*, eds. David Newman e Joel Peters (Abingdon: Routledge, 2013): 56-68. Em 2015, houve um aumento de violência ocorrido no conflito israelo-palestino, começando no início de setembro de 2015 e durando até o primeiro semestre de 2016, conhecido como a “Intifada dos Indivíduos” pelos israelenses ou a “Intifada das Facas” ou “Intifada das Facadas”.

3 • O direito internacional tornou-se uma importante arena de tensão regional e internacional desde o nascimento de Israel em 1948, resultando em várias disputas entre uma série de países árabes e Israel. Os principais pontos de disputa (também conhecidos como “questões centrais” ou “questões de *status final*”) são: (1) a anexação de Jerusalém Oriental por Israel

(Israel também anexou as Colinas de Golã, mas esse território não é reivindicado pelos palestinos), a construção de assentamentos israelenses em territórios palestinos e a construção da barreira israelense na Cisjordânia; (2) como as fronteiras devem ser decididas entre Israel e um Estado palestino; (3) o direito de retorno dos refugiados palestinos das guerras de 1948 e 1967. Ver: Beth A. Simmons e Richard H. Steinberg, *International Law and International Relations* (Cambridge: Cambridge University Press, 2007).

4 • O período do processo de paz pode remontar aos anos de 1970, mas no recente contexto do acordo palestino-israelense de troca de terra pela paz, o Acordo de Oslo, em 1993, é a data comumente referida e que deveria trazer uma solução de dois Estados com base nas fronteiras de 1967. Ver *id. ibid.*

5 • “Statistics on Settlements and Settler Population,” BTselem, 16 de janeiro de 2019, acesso em 31 de julho de 2019, <https://www.btselem.org/settlements/statistics>.

6 • A barreira ou o muro israelense da Cisjordânia é uma barreira de separação na Cisjordânia ou ao longo da Linha Verde. Israel a considera uma barreira de segurança contra o terrorismo, enquanto os palestinos chamam isso de segregação racial ou muro do apartheid. Em uma extensão total de 708 quilômetros (440 milhas), a fronteira traçada pela barreira é mais que o dobro da extensão da Linha Verde, com 15% correndo

ao longo dela ou em Israel, enquanto os 85% restantes cortam às vezes 18 quilômetros (11 milhas) de profundidade na Cisjordânia, isolando cerca de 25.000 palestinos da maior parte daquele território. A barreira foi construída durante a segunda Intifada (2000) e defendida pelo governo israelense como necessária para deter a onda de violência dentro de Israel que a revolta havia trazido. Ver: Dona J. Stewart, *The Middle East Today: Political, Geographical and Cultural Perspectives* (Abingdon: Routledge, 2013).

7 • “Two-State Solution Israeli-Palestinian History,” Encyclopedia Britannica, 2018, acesso em 31 de julho de 2019, <https://www.britannica.com/topic/two-state-solution>.

8 • “Status of Jerusalem, Patriarchs and Heads of the Local Christian Churches in Jerusalem, 2006,” World Council of Churches - Oikoumene, 29 de setembro de 2006, acesso em 31 de julho de 2019, <https://www.oikoumene.org/en/resources/documents/other-ecumenical-bodies/status-of-jerusalem-patriarchs-and-heads-of-the-local-christian-churches-in-jerusalem-2006/>.

9 • “Catholic Church: a New Vision for Justice and Peace!,” Kairos Palestine, fevereiro de 2016, acesso em 31 de julho de 2019, <http://www.kairospalestine.ps/index.php/resources/statements/133-catholic-church-a-new-vision-for-justice-and-peace>.

10 • “Open Letter from The National Coalition of Christian Organizations in Palestine to the World Council of Churches and the Ecumenical Movement,” Kairos Palestine, 12 de junho de 2017, acesso em 31 de julho de 2019, <http://www.kairospalestine.ps/index.php/kairos-palestine-blog/231-nccop-open-letter-to-the-wcc>.

11 • Likud (Consolidação), oficialmente o Likud-Movimento Liberal Nacional, é um partido político de centro-direita à direita em Israel. Um partido secular, foi fundado em 1973 por Menachem Begin e Ariel Sharon em aliança com vários partidos de direita.

12 • Citado pelo Rev. Dr Olav Fykse Tveit, Secretário-Geral do Conselho Mundial de Igrejas. Discurso na sessão de abertura da “Al-Azhar Al-

Sharif International Conference on Supporting Jerusalem,” World Council of Churches - Oikoumene, 17 de janeiro de 2018, acesso em 31 de julho de 2019, <https://www.oikoumene.org/en/resources/documents/general-secretary/speeches/al-azhar-al-sharif-international-conference-on-supporting-jerusalem>.

13 • “‘Enough is Enough’ - The Closure of the Church of the Holy Sepulchre in Jerusalem,” Middle East & Europe - Global Ministries, 26 de fevereiro de 2018, acesso em 31 de julho de 2019, https://www.globalministries.org/_enough_is_enough_the_closure_of_the_church_of_the_holy_sepulchre_in_jerusalem.

14 • “Holy Sepulchre Reopens After Three-Day Closure,” Serbian Orthodox Church, 28 de fevereiro de 2018, acesso em 31 de julho de 2019, http://www.spc.rs/eng/holy_sepulchre_reopens_after_threeday_closure.

15 • Kairós Palestina é uma organização conhecida principalmente por sua emissão, em Belém, em dezembro de 2009, do documento Kairós Palestina, um chamado por uma série de cristãos palestinos para os cristãos ao redor do mundo para acabar com a ocupação israelense, disponível em “A Moment of Truth: A Word of Faith, Hope, and Love from the Heart of Palestinian Suffering,” Kairos Palestine, 2009, acesso em 31 de julho de 2019, <https://www.kairospalestine.ps/index.php/about-us/kairos-palestine-document>.

16 • “Kairos Palestine 9th Anniversary Conference Statement,” Kairos Palestine, dezembro de 2018, acesso em 31 de julho de 2019, <https://www.kairospalestine.ps/index.php/kairos-palestine-blog/267-kairos-palestine-9th-anniversary-conference-statement>.

17 • “Assembly of Catholic Ordinaries Calls on People of Holy Land to Build Bridges of Respect and Love,” Latin Patriarchate of Jerusalem, 22 de maio de 2019, acesso em 31 de julho de 2019, <https://www.lpj.org/assembly-catholic-ordinaries-invites-people-of-the-holy-land-to-build-bridges-of-respect-and-love/>.

**YUSEF DAHER** - *Palestina*

Yusef Daher nasceu em Jerusalém em 1966 e tem um mestrado em Peregrinação e Turismo pela London Metropolitan University. É professor de Turismo de Saída na Universidade de Belém, tendo escrito vários artigos nos campos de política, desenvolvimento econômico e turismo, e autor de muitos trabalhos sobre cristãos palestinos e Jerusalém. Ex-Diretor Executivo da Associação de Hotéis Árabes e da Associação dos Operadores de Turismo de Entrada da Terra Santa e Consultor para o Estudo de Diagnóstico e Estratégia da PalTrade UE para o Turismo como setor de serviços de exportação. Um dos autores do documento da Kairos Palestine, "Moment of Truth" (Momento de Verdade). Atualmente é o Secretário Executivo do Centro Inter-Religioso de Jerusalém.

Recebido em junho de 2019.

Original em inglês. Traduzido por Valéria Pandjarian.



"Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License"